

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

N.º 6

O QUE A ANTROPOLOGIA TEM A DIZER SOBRE AS
POLÍTICAS PÚBLICAS?

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior

TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DEE-SPGG
n.6

O QUE A ANTROPOLOGIA TEM A DIZER SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior

Porto Alegre
Julho de 2022

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Subsecretário: Antonio Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Mariana Lisboa Pessoa

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Divisão de Dados e Indicadores: Bruno Paim

Divisão de Estudos de Atividades Produtivas: Rodrigo Daniel Feix

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação seriada cujo objetivo é divulgar os estudos e as pesquisas em desenvolvimento no Departamento de Economia e Estatística, com vistas a fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e à avaliação de políticas públicas.

Textos para Discussão DEE/SPGG / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística. – Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020- .

1. Condições econômicas – Rio Grande do Sul. 2. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Departamento de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<https://dee.rs.gov.br/textos-discussao>

Revisão técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Daiane Boelhouver Menezes

Revisão bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer

Revisão de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

OLIVEIRA JÚNIOR, Ricardo C. G. de. **O que a antropologia tem a dizer sobre as políticas públicas?** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística, 2022. (Textos para discussão DEE-SPGG, n. 06).

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/Departamento de Economia e Estatística (SPGG/DEE) - Rua Duque de Caxias, 1691, Porto Alegre, RS — CEP 90010-283

O QUE A ANTROPOLOGIA TEM A DIZER SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior*

Resumo

Este texto busca apresentar alguns princípios de uma abordagem antropológica de avaliação de políticas públicas. Embora a avaliação de políticas públicas não seja um campo consolidado dentro da Antropologia, esta disciplina sempre esteve, ao longo de sua história, em contato direto com objetos de pesquisa relacionados às ações do Estado, e teve como preocupação apurar qual o impacto delas nas vidas das coletividades. A abordagem antropológica constitui-se a partir da oposição ao paradigma considerado dominante no tratamento desta temática, denominado por diversos nomes: racional, positivista, gerencial, etc., e que é marcado pela utilização de dados estatísticos, pela pesquisa por amostragem e pela avaliação de impacto a partir do estabelecimento de grupos de controle como principais técnicas. Um dos pontos principais de crítica, por parte dos antropólogos, a respeito desse paradigma, é a omissão do caráter político das políticas públicas e de sua avaliação, esta última tratada como um empreendimento "cientificamente neutro e objetivo", que não sofre algum tipo de interferência da subjetividade dos avaliadores ou dos beneficiários. Em suma, a abordagem antropológica da avaliação de políticas públicas tem como elementos principais: uso de técnicas de coleta de dados qualitativas, como observação participante e entrevistas em profundidade, incorporação de elementos interpretativos e subjetivos nos esquemas de avaliação, necessidade de compreensão dos diversos significados que as políticas públicas adquirem ao longo de sua trajetória, análise de como essas reinterpretações das políticas interferem em suas performances e a assunção de que o elemento político está presente em toda a trajetória de uma política, de sua elaboração à implementação.

Palavras-chave: Antropologia; políticas públicas; avaliação

Abstract

This paper seeks to present some principles of an anthropological approach to public policy evaluation. Although the evaluation of public policies is not a consolidated field within Anthropology, the discipline has always been, throughout its history, in direct contact with research objects related to State actions, and its concern was to determine their impact on the lives of societies. The anthropological approach is constituted from the opposition to a paradigm considered dominant regarding this theme, called by those authors by different names - rational, positivist, managerial, etc. - and which is marked by the use of statistical data, sampling research and impact assessment based on the establishment of control groups as the main techniques. One of the main points of criticism, from anthropologists, regarding such a paradigm is the omission of the political character of public policies and their evaluation, the latter treated as a "scientifically neutral and objective" enterprise, which does not suffer any kind of interference from the subjectivity of the evaluators nor the beneficiaries. In short, the anthropological approach to public policy evaluation has as its main elements: the use of qualitative data collection techniques, such as participant observation and in-depth interviews; incorporation of interpretive and subjective elements in the evaluation; necessity to understand the different meanings that public policies acquire along their trajectory; analysis of how these reinterpretations of policies interfere in their performance; and the assumption that the political element is present throughout the trajectory of a policy, from its elaboration to its implementation.

Keywords: Anthropology, public policy; evaluation

Classificação JEL: Z18

* Analista Pesquisador em Sociologia da Divisão de Análise de Políticas Sociais que integra o Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.
E-mail: ricardo-junior@planejamento.rs.gov.br

1 Introdução

Este texto de discussão tem por objetivo apresentar as contribuições que a Antropologia tem a oferecer para as avaliações das políticas públicas, tanto no que se refere às questões metodológicas e de técnicas de pesquisa, quanto aos princípios teóricos e epistemológicos. Inicialmente, é feita a caracterização do paradigma considerado dominante dentro desse campo temático, que é denominado de racional, positivista ou gerencial, em oposição ao qual os antropólogos constroem suas propostas de avaliação. Um dos aspectos principais dessa abordagem, alvo de críticas por parte dos antropólogos, é a negação do caráter político das políticas públicas e de sua avaliação, pensadas pela corrente dominante como empreendimentos “neutros” e “objetivos”. Por fim, é apresentada uma caracterização geral da abordagem antropológica das políticas públicas, tendo como fio condutor o modelo interpretativista, baseado na teoria de Clifford Geertz, e são expostas propostas de avaliação baseadas nesses princípios teóricos.

Embora a sua história mostre que a Antropologia esteve constantemente envolvida com o Estado, não há, ainda, dentro da disciplina antropológica, consenso a respeito do *status* do campo de estudo das políticas públicas entre seus pesquisadores. Dessa forma, para Souza Lima e Castro (2015), há uma dúvida, no conjunto das Ciências Sociais, se o estudo das políticas públicas pode ser considerado um campo (ou uma área, subárea, etc.) já constituído ou ainda em formação. E, quando se fala em políticas públicas, faz-se referência a uma subárea disciplinar, a uma subdisciplina cujos objetos de estudos são os programas governamentais, suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e os impactos sobre a ordem social e econômica.

De alguma forma, ao longo de sua história, a Antropologia tem estado envolvida com ações governamentais, mesmo que de forma não intencional, quer em seus primórdios, em suas etnografias clássicas pesquisando os efeitos dos processos coloniais para os grupos sociais (WEDEL *et al.*, 2005), quer nas pesquisas nas sociedades complexas, sobre os impactos de programas governamentais nas vidas das minorias ou de grupos tradicionais. Esse tipo de estudo marcou a Antropologia feita no Brasil a partir dos anos 1950, quando a disciplina esteve preocupada com os projetos desenvolvimentistas, especialmente durante o regime militar, dedicando-se a investigar as consequências dos projetos estatais para os territórios indígenas e rurais. Então, para Spiess (2016), a disciplina, no Brasil, constituiu-se através de estudos dos grupos constantemente atingidos pelas ações do Estado.

As relações da Antropologia com as políticas públicas também são analisadas por áreas com outros nomes, como a “Antropologia do Estado” (SOUZA LIMA, 2012). Shore e Wright (2005) afirmam que os antropólogos que já trabalham com *policy-making* ou na avaliação de políticas públicas, em campos como saúde, medicina, comunidade, cuidado, família e desenvolvimento, tendem a divulgar suas pesquisas em publicações e eventos dedicados aos tipos de políticas específicas por eles examinados, raramente voltando seu olhar para as políticas públicas como um conceito ou um fenômeno cultural. Assim, embora a Antropologia já tenha se preocupado de diversas formas com as políticas públicas, falta-lhe uma identidade mais clara enquanto temática de pesquisa de seu interesse.

Um aspecto que poderia explicar a dificuldade de a Antropologia estar mais envolvida, e ter sua contribuição intensificada nesse campo, decorre de um aspecto apontado por Rodrigues (2017): de que a lógica que baseia a avaliação de políticas públicas, de emissão de um julgamento sobre a ação governamental, é contrária a um dos princípios fundamentais da Antropologia, o da relatividade, que implica buscar entender o outro a partir de sua própria cosmovisão.

Outra concepção das relações entre a disciplina e essa área temática é a de Shore (2010), que caracterizou o estado dos estudos sobre políticas públicas pela Antropologia a partir de dois elementos aparen-

temente contraditórios: primeiro, o fortalecimento da própria temática, tanto como disciplina acadêmica, quanto como atividade profissional; segundo, as incertezas dos pesquisadores da área a respeito de quais são as ferramentas e metodologias mais adequadas para analisar as políticas públicas. É nesse cenário que se dá o que Shore denomina de “virada interpretativa”, quando se expande a adoção de metodologias qualitativas, como a etnografia, em que se passa a interpretar quais os sentidos que as políticas públicas têm para os diversos atores.

No Brasil, essa área temática surge entre as décadas de 1960 e 1970, tendo como base três subconjuntos de campos de investigação: o Estado brasileiro, as políticas setoriais e a avaliação de políticas públicas. A emergência desse tema de pesquisa se deu, inicialmente, dentro do universo acadêmico e depois se estendeu para a administração pública e para o terceiro setor. A Antropologia aproximou-se desse campo temático a partir dos anos 1980, sobretudo com esforços de pesquisa sobre percepção, uso e mecanismos de “defesa” das classes populares frente ao Estado.

A percepção da disciplina antropológica de ter as políticas públicas como objeto de investigação, no Brasil, teria se iniciado ao mesmo tempo em que começaram a ser lançadas obras sobre essa temática em outros países, sobretudo entre pesquisadores da Grã-Bretanha. A explicação para esse fenômeno, segundo Shore e Wright (2005), é a experiência de vida na Grã-Bretanha dos anos 1980 e 1990, período marcado pela elevação dos discursos e práticas de governo neoliberais.

No mesmo sentido, o histórico do surgimento desse tema também é reconstruído por Rodrigues (2008), segundo a qual, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, justamente entre as décadas de 1980 e 1990, houve um crescimento do interesse pelo tema tanto na esfera governamental quanto na acadêmica, demonstrado pelo surgimento de associações de avaliadores, eventos e revistas especializadas na temática, e pela constituição de uma subárea profissional, formada por pesquisadores de diferentes áreas, denominada “Avaliação”.

No mesmo período, essas ideias chegam à América Latina, em um contexto de reforma do papel do Estado e de implementação de uma agenda neoliberal, análogo ao processo europeu da mesma época. No entanto, como afirma Rodrigues (2008), outro fato acelerou a introdução da problemática da avaliação de políticas públicas no continente latino-americano: a dependência de muitos desses países para com as agências internacionais financiadoras, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nos projetos financiados por esses organismos, passaram a constar sistemas de avaliação baseados em uma concepção instrumental, com os objetivos de medir e avaliar as reformas administrativas implantadas a partir dos preceitos neoliberais de diminuição do Estado.

Faria (2005) também afirma que a década de 1990 marcou o fortalecimento da avaliação na gestão governamental, sobretudo com um viés normativo, em que eram priorizados os aspectos mais “técnicos” e seu papel de instrumento de gestão. Com a reforma do papel do Estado naquele período, que enfatizava a contenção de gastos públicos e a maximização da transparência, a avaliação de políticas públicas teve papel primordial para avaliação das atribuições do Estado e transferência dessas ações para o setor privado.

2 O paradigma racional, positivista ou gerencial

Há um conjunto de tipologias de avaliações de políticas públicas que está presente quase de forma homogênea nas publicações teóricas desta área, sobretudo de pesquisadores oriundos da Ciência Política, que descrevem como se dá cada uma delas, quais seus objetivos, em que período devem ser aplicadas e quais as suas metodologias específicas mais comuns. O Quadro 1 foi estabelecido a partir da leitura de Stephanou (2005), Arretche (2013), Figueiredo e Figueiredo (1986), Cotta (1998), Ramos e Schabbach (2012), que assim descrevem três¹ tipos possíveis de avaliações de políticas públicas, no que diz respeito aos seus resultados²:

Quadro 1

Tipos de avaliação de políticas públicas

Tipo de avaliação	Definição
Efetividade	Analisa a relação entre a implementação da política e os seus resultados, tomando como seu objeto principal as mudanças almeçadas pelas políticas nas condições sociais.
Eficácia	Examina a relação entre os objetivos e os instrumentos utilizados com os resultados dos programas, fundamentando-se no cotejo entre as metas definidas e os efeitos alcançados.
Eficiência	Avalia a relação entre o esforço empregado na implementação e os resultados obtidos, relacionando-se à noção de produtividade e de um julgamento alocativo e financeiro dos resultados.

Fonte: Elaboração própria.

Os métodos citados por esses autores para a realização dessas avaliações são preferencialmente a utilização de dados estatísticos, a pesquisa por amostragem e a avaliação de impacto a partir do estabelecimento de grupos de controle. Quando há alguma menção a algum tipo de utilização de métodos qualitativos, isso acontece de forma residual, como uma possibilidade existente, mas não muito elaborada.

As diferentes propostas de abordagens antropológicas de avaliação de políticas públicas, mesmo com suas particularidades, constituem-se como um bloco construído a partir da oposição à abordagem que é considerada prevalente dentro desse campo temático, que é denominada por diversas alcunhas pelos antropólogos: racional, gerencial e positivista.

O primeiro desses termos, racional, é utilizado por Lejano (2012), que o considera como o modelo que mais tem influenciado as avaliações de políticas públicas. O referido autor aponta que essa abordagem remonta ao pensamento de René Descartes, que tem como base a busca da verdade a partir da atividade mental, sem envolvimento da experiência, e ao utilitarismo, que compreende a ação humana como fundada na busca do prazer ou da vantagem individual, princípio este estendido para a sociedade. A partir dessa visão, o objetivo das políticas seria assegurar o maior prazer possível para o maior número de indivíduos.

¹ Stephanou (2005) é a única autora que fala em um quarto tipo de avaliação, a de impacto, que é tratado pelos demais autores como uma categoria que englobaria as demais tipologias de avaliação de resultados, não configurando, assim, um novo tipo, mas um que está acima dos três aqui citados.

² Há outros critérios para a classificação dos tipos de avaliação, como, por exemplo, o que se concentra no agente, que é parte ativa no processo, e o que toma como fundamento o momento em que a avaliação é realizada — antes, durante ou depois da implementação do programa.

De maneira mais enfática, Descartes foi abrindo caminho para uma tradição que associava a busca da verdade, associada com a vida mental. A pessoa humana era, em sua concepção, definível somente como *res cogitans*, o ser pensante, na medida em que tudo mais tinha de ficar aberto à dúvida. Este conceito de conhecimento como mental é um movimento impressionante, distante de qualquer noção de que o conhecimento possa estar incorporado na experiência (o que envolveria a contribuição do sensorial, da emoção, do raciocínio moral e da sensibilidade estética). Na verdade, isto levou a tradições científicas que, durante séculos progrediram, e até hoje, classificaram sensações emotivas e outras não mentais como mera emoção (LEJANO, 2012, p. 33).

Outra característica apontada por Lejano acerca do modelo racional é a tentativa de transformar tudo em medidas, de quantificar, para que as decisões sejam tomadas a partir do que se consideram "atitudes objetivas". Fica implícito, nessa abordagem, que o seu modelo de subjetividade é o indivíduo atomístico, autodirigido, que agiria a partir de escolhas racionais. Em suma, para Lejano, a questão mais importante para esse tipo de abordagem de avaliação de políticas públicas é estabelecer como o tomador de decisões avalia as opções e faz a melhor escolha, comparando a aplicação de uma política com a não aplicação dela (a comparação entre "grupo de tratamento" e "grupo de controle", léxico e metodologia importados das ciências médicas³), considerando a busca da utilidade para a comunidade.

Caracterização semelhante desse paradigma é feito por Shore e Wright (2011). Para os autores, há uma espécie de "senso comum" entre os profissionais e pesquisadores oriundos de áreas mais estabelecidas neste campo temático, que pressupõe que as políticas públicas são entidades objetivas, resultantes de decisões racionais de alguma autoridade para resolver problemas específicos, produzindo resultados cognoscíveis e mensuráveis. Nessa visão, o processo que vai da elaboração à avaliação de uma política pública é descrito como um processo linear ou um círculo, retratando um modelo mecânico em que há algo que deve ser gerenciado quase clínica ou instrumentalmente. Shore e Wright também afirmam que a maior parte da literatura é moldada pela teoria da escola racional ou por modelos positivistas, a partir dos quais os agentes buscam objetivos intencionais, os tomadores de decisão fazem escolhas totalmente conscientes e os efeitos das intervenções são medidos em termos quantificáveis.

Por fim, Lejano (2012) aponta alguns problemas que essa abordagem apresenta: a busca excessiva pela comensurabilidade; a desconsideração de aspectos não utilitários das ações dos indivíduos; a hipostasiação do Estado, visto como uma entidade unitária, monolítica, onisciente; e a escassa importância atribuída ao contexto, à história, à cultura, e às moralidades na análise, restrita aos dados quantitativos.

Shore (2010) está de acordo quanto à supremacia, tanto das ideias positivistas no ensino e na pesquisa sobre políticas públicas, quanto das teorias baseadas na escolha racional e de modelos positivistas, onde as análises são feitas a partir de seus custos e benefícios calculáveis. Por esses mesmos motivos é que Souza Lima e Castro (2015) utilizam o termo "instrumental" para caracterizar esse paradigma:

Nesta perspectiva clássica e instrumental, uma política pública consiste, pois, na identificação de um problema, na formulação de um argumento racional, ou em um conjunto de respostas científicas para o 'problema', que acaba sempre sendo traduzido em última instância como aquele de natureza essencialmente econômica (SOUZA LIMA; CASTRO, 2015, p. 21).

Rodrigues (2008) trata essa abordagem a partir do termo positivista, criticando a falta de atenção para outros efeitos que podem influenciar na política, mas que são desprezados pela busca da quantificação:

³ Sobre a utilização de métodos e vocábulos de outras ciências na avaliação de políticas públicas, Rodrigues (2008, p. 9) também aponta: "o grupo de controle é utilizado como medida de comparação com a situação que se quer estudar. [...] Ora, isto não é nem mais nem menos do que a lógica de laboratório aplicada a grupos humanos, quando, por exemplo, inoculam-se substâncias em cobaias para medir os resultados".

[...] sustentadas por concepções e modelos positivistas, reduzem o conhecimento à análise de dados coletados em formatos estandardizados, abordagens lineares, testes de hipóteses pela mensuração do objeto de estudo e, portanto, uma limitação da avaliação à percepção dos resultados frente aos objetivos formulados (eficácia), relação metas-resultados, relação custos-benefícios (eficiência) e avaliação de impactos (efetividade em relação ao proposto/previsto). Como salienta Castro (1989), os limites colocados por este tipo de avaliação apresentam-se, principalmente, no fato de que ela se volta para efeitos esperados, muitas vezes desconsiderando ou minimizando o que algumas abordagens denominam “efeitos não previstos”, que são considerados, no mais das vezes, como entraves a ser superados. Neste tipo de abordagem, portanto, há pouco espaço para a crítica à própria política desde sua formulação e menos ainda aos princípios nos quais ela se alicerça (RODRIGUES, 2008, p. 9).

Já Gussi e Oliveira (2016) caracterizam esse paradigma como típico da Nova Gestão Pública, em que o Estado tem seu papel alterado, passando a ser mais articulador que executor, delegando parte de suas competências para um conjunto de atores e instituições do setor privado e do terceiro setor.

No que se refere à competência administrada, há uma tendência de que o Estado abandone o caráter monopolista que revestia a provisão de serviços e bens públicos. Nesse contexto, alarga-se a perspectiva de que a oferta de bens e serviços pode – e deve – ser equacionada através de uma rede articulada de agentes competitivos, gerenciados por provedores privados ou públicos, mas não exclusivamente estatais (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. 86).

Como consequência, instaura-se para as ações governamentais a exigência de uma “*accountability*”, a obrigação de prestações de contas e de mecanismos de avaliação dos atos e das decisões políticas. O desempenho dos governos, portanto, passa a ser mensurado também pela existência desses dispositivos de controle e avaliação. Essa obrigatoriedade de prestação de contas das ações governamentais levou ao fomento da perspectiva avaliativa, também incentivada por organismos internacionais de financiamento, como o BID e o Banco Mundial, que tem características, segundo Gussi e Oliveira (2016) semelhantes às apontadas pelos outros atores acima citados:

A essa agenda política circunscreve-se um modelo de avaliação de programas, projetos e políticas, sobretudo governamentais, baseados em critérios pré-definidos de eficiência, eficácia e efetividade dos mesmos. Quase sempre reduzidas à dimensão econômica, essas avaliações têm por intuito demonstrar o sucesso ou fracasso das políticas a partir da construção de indicadores, notadamente estatísticos, que revelam a otimização da relação custo-benefício, previamente calculada, em relação ao investimento realizado na execução das políticas (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. 87).

O que esse conjunto de autores que desenvolveram sugestões a uma abordagem antropológica para a avaliação de políticas públicas também apontam em comum, a respeito do paradigma predominante, é a tentativa de tratar a avaliação como uma atividade idealmente “neutra”, sem que a subjetividade dos avaliadores, e até mesmo dos beneficiários, interfiram nos resultados das análises. Ao contrário, a abordagem antropológica considera essencial tratar a política pública, e sua avaliação, como um ato inextricavelmente político.

3 O caráter político da política pública

Os antropólogos que tratam do elemento político das intervenções estatais e de suas consequências para a vida dos indivíduos têm-se inspirado nas ideias do filósofo francês Michel Foucault, sobretudo a partir do conceito de governamentalidade, que se refere à arte de governar as coisas, os homens, assim como as relações entre os homens e as coisas. Em outras palavras, por governamentalidade, Foucault entende três coisas: conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões e táticas que têm por alvo a população; a

proeminência desse tipo de poder no Ocidente sobre os outros tipos; e o processo de transformação do Estado de justiça da Idade Média em Estado administrativo e governamentalizado (FOUCAULT, 1979).

Essa corrente tem como principal expoente o antropólogo Cris Shore, que organizou e escreveu livros e artigos em conjunto com outros pesquisadores da temática, os quais, com base no conceito foucaultiano acima citado, apontam que as políticas públicas, a partir de suas ações de classificação dos indivíduos, possibilitam a constituição de novos sujeitos e subjetividades, sendo úteis, então, como dispositivo de controle das populações.

Las políticas reflejan maneras de pensar sobre el mundo y cómo actuar en él. Contienen modelos implícitos —y algunas veces explícitos— de una sociedad y de visiones de cómo los individuos deben relacionarse con la sociedad y los unos con los otros. [...] un aspecto clave de las políticas que debería ser de particular interés para los científicos sociales es la manera en que inciden en la construcción de nuevas categorías del individuo y de la subjetividad (SHORE, 2010, p. 31-32).

Para essa abordagem, interessa menos investigar qual é a definição dada a uma política pública por seus idealizadores, e mais analisar quais seus efeitos práticos na constituição da sociedade, das subjetividades e das identidades, ou seja, importa menos saber "o que é uma política pública" e mais "o que as pessoas fazem em nome de uma política pública" (WEDEL *et al.*, 2010). Em decorrência desse aspecto de normatização do mundo social a partir das políticas públicas, Shore as classifica como ferramentas instrumentais, pois são meios para administrar ou mudar a sociedade, carregando e impondo um ideal de ordem e coerência do mundo. Com essas afirmações, Shore pretende recusar a visão das políticas públicas como instrumentos meramente técnicos e neutros, usualmente representadas como um dispositivo racional de conexão entre meios e fins, ou uma ponte entre os objetivos e a sua execução:

De la misma manera que el poder tiende a enmascarar los mecanismos de su propia operación, este enmascaramiento de la política bajo el pretexto de la eficiencia o la neutralidad es un rasgo central del poder moderno; las políticas a menudo definen sus problemas y sus soluciones de modo que descartan las alternativas. Las políticas funcionan mejor cuando son percibidas como técnicas racionales y como soluciones "naturales" para los problemas que enfrentamos, es decir, cuando logran desplazar el discurso a un registro que posiciona el debate fuera de la política y, por lo tanto, en una esfera donde el desacuerdo es visto como inapropiado o imposible (SHORE, 2010, p. 34).

Portanto, elas são fenômenos políticos, ainda que esse traço seja disfarçado por meio de uma linguagem supostamente objetiva, neutra, legal e racional. São essas as conclusões a que Ramírez (2010) chega, ao afirmar que a política pública é uma ferramenta de poder que, por ser definida como produto de um conhecimento especializado, é vista como objetiva e neutra, alheia à política ou não contaminada por ela. Além disso, através das políticas públicas, discursos tornam-se hegemônicos, privilegiando vozes de alguns setores e silenciando outros. Desse modo, para a autora, fazer etnografia de uma política pública, analisá-la de outro modo, além dos dados estatísticos, leva a reconhecer que sua formulação é um produto sociocultural, que classifica e cria realidades, e molda os sujeitos para quem foi elaborada.

Shore e Wright (2011) também assinalam esse caráter político, ao afirmar que as políticas públicas são instrumentos através dos quais governos, instituições e ONGs classificam e regulam espaços e sujeitos a quem pretendem governar, além de carregar em seus princípios formas de idealizar e simbolizar relações sociais, e concepções sobre como as pessoas devem viver suas vidas e estruturar suas realidades. Essas políticas podem servir como instrumentos de legitimidade de uma ordem social existente ou como justificativa para a subversão de uma ordem estabelecida.

Ao propor tratar as políticas públicas a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, Souza Lima e Castro (2015) propõem alargar o escopo de instituições a serem englobadas sob o termo público, acrescentando outros agentes que passaram a desempenhar funções de governo

Se considerarmos o momento histórico presente, sugerimos ainda que as políticas governamentais devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações que estão fora desse âmbito mas que exercem funções de governo. Pensamos aqui em ONGs e movimentos sociais, assim como em organismos multilaterais de fomento e de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento. [...] Parece-nos que cenários atuais e históricos nos levam a perceber o quanto as políticas de governo de Estados nacionais são geradas, financiadas e avaliadas fora das fronteiras estritas de seus territórios por feixes de agências e agentes, princípios e práticas que os trespassam (SOUZA LIMA; CASTRO, 2015, p. 35-36).

Por conta da quase onipresença das políticas públicas nas vidas dos indivíduos, que *“desde la cuna hasta la tumba las personas son categorizadas, clasificadas y reguladas por procesos de política pública”* (SHORE, 2010, p. 36), é que elas se tornaram um importante tema de reflexão antropológica. Por meio delas, há a possibilidade de se abordarem temas centrais para as Ciências Sociais, tais como as relações entre indivíduo e sociedade, entre agência e estrutura e entre global e local, governo, poder, regras, instituições sociais, etc.

Desse modo, o objetivo principal do estudo das políticas públicas, para Shore (2010), é buscar compreender os motivos que fundamentam tais intervenções, assim como as lógicas culturais que as motivam, já que, em seu pensamento, elas incorporam a lógica cultural dos sistemas de classificação social que as criaram. Para tanto, é necessário tomar os modelos e a linguagem dos tomadores de decisão como dados etnográficos a serem analisados (SHORE; WRIGHT, 2005).

Para Hincapié (2015), as políticas públicas são produtos de um processo sociocultural, que não é somente técnico, mas que envolve os tecnocratas que as formulam e as põem em ação, assim como seus beneficiários e os grupos de interesse que lutam por suas definições. Elas refletem formas de pensar o mundo e como atuar nele, através de modelos — implícitos ou explícitos — de como a sociedade e os indivíduos devem se relacionar.

4 A avaliação a partir da interpretação

Embora Lejano (2012) proponha a constituição de um novo paradigma para a avaliação de políticas públicas a partir do que ele denomina de pós-construtivismo, a maior parte dos autores aqui citados não o faz, ou apenas aplica a metodologia e os princípios antropológicos para essa temática. Assim, parte-se das ideias de Lejano, pesquisador originário da Engenharia, para depois chegar aos antropólogos e às contribuições que a sua disciplina pode oferecer ao estudo das políticas públicas.

Como já dito, Lejano (2012) propõe uma nova abordagem para a avaliação, por ele denominada de pós-construtivista. O objetivo principal deste paradigma é trazer à avaliação de políticas públicas a contextualidade e a experiência, tanto do pesquisador como dos beneficiários. Para tanto, o analista deve observar o resultado real das mudanças nas vidas dos indivíduos. A partir de um conjunto bem diversificado de autores e correntes científicas, como Ludwig Wittgenstein, Thomas Kuhn, Bruno Latour, a Escola de Frankfurt e Michel Foucault, Lejano fundamentou suas críticas ao positivismo científico e elaborou sua proposta de paradigma. Em síntese, esse conjunto de pensamentos resultou no questionamento da *logocentricidade*, da ideia de que o significado é fixo e reside no autor e de que a verdade pode ser conhecida com medições científicas. Esse questionamento, tratado por Lejano como “virada pós-positivista”, trouxe à tona correntes que

pensam o conhecimento como interpretado, socialmente construído e cercado de poder, e foram reunidas pelo autor sob a denominação de "construtivista" ou "construcionista".

Assim, se o modelo racional de análise busca transformar tudo em medidas, tomando decisões a partir do que classifica como atitudes objetivas, o modelo construtivista incorpora elementos subjetivos e interpretativos em suas análises, considerando, inclusive, a construção de uma política como o resultado de disputas (sobre o próprio significado de política, que materializa as visões de mundo de indivíduos e grupos), e não somente como o resultado de um pensamento racional. Já o modelo pós-construtivista, proposto por Lejano, tem por objetivo analisar como os agentes e suas comunidades tomam as políticas, tornam-nas suas e as reinterpretam, adaptando-as aos contextos locais.

A abordagem pós-construtivista, então, considera que as ideologias que deram sustentação para a concepção de uma política pública não são estáticas ou imutáveis ao longo de sua implementação, já que, uma vez criadas, elas migram para novos contextos e adquirem vida própria, tendo consequências para além das originais, o que Shore e Wright (2011) denominam de "*runaway effects*". A Antropologia, por conta de sua metodologia e abordagem próprias, tem a capacidade de rastrear as genealogias e os fluxos das políticas públicas e de seus impactos na vida das pessoas, bem como de examinar os significados que estas últimas têm para os diferentes atores: os que as elaboraram, os que as põem em funcionamento e os que por elas são beneficiados.

Os antropólogos e sua disciplina têm como princípio geral o estudo das formas como as pessoas entendem as coisas, ou seja, qual o ponto de vista dos "nativos" a respeito das relações sociais, econômicas e de parentesco, mas também sobre objetos, outros seres e as ações governamentais, investigando o que as pessoas dizem e pensam a respeito delas e como isso afeta suas vidas cotidianas.

A teoria que embasa a abordagem antropológica de avaliação de políticas públicas é a de Clifford Geertz, denominada de Antropologia interpretativa. Trabalhando com um conceito essencialmente semiótico de cultura, Geertz (2015) afirma que o homem é um animal amarrado a teias de significação que ele mesmo teceu, sendo a cultura essas teias. Assim, a tarefa da Antropologia seria não a de buscar leis gerais que pudessem dar conta de toda a diversidade humana, mas a de interpretar os sentidos, compreender os significados que os "nativos" atribuem às práticas, relações, costumes, objetos, etc. A principal metodologia aplicada para a apreensão desses significados é a etnografia, que, segundo Geertz, não pode ser entendida apenas como tarefas ou técnicas — entrada em campo, seleção de informantes e entrevistados, transcrição de textos, escrita de um diário de campo, etc. — mas como uma "descrição densa":

[...] a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem de, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. [...] Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2015, p. 24).

Portanto, a diferença entre a "descrição superficial", que dá importância apenas às ações, e a "descrição densa" é a principal característica do que, segundo Geertz, define como o objeto da etnografia: perceber e interpretar os significados dos diferentes atos. No entanto, assumir que a Antropologia deve privilegiar o simbólico não significa que o comportamento deve ser deixado de lado, pois os dramas, conflitos, confusões, desentendimentos e disputas surgem a respeito do que se faz, a partir de atos que recebem diversos

significados. Só temos acesso empírico aos sistemas de símbolos a partir dos acontecimentos. Se a Antropologia constrói uma leitura do que descreve, não há sentido dissociá-la dos acontecimentos — da ocasião, do lugar, do que as pessoas dizem, do que elas fazem.

No mesmo sentido, ao avaliar uma política pública sob uma abordagem antropológica, Shore e Wright (2011) sugerem que, ao invés de ter como pergunta de partida "como uma política pública afeta as pessoas?", deve-se focar em "como as pessoas se envolvem com as políticas públicas e o que pensam a respeito delas?" Para tais autores, a principal contribuição da Antropologia para os estudos das políticas públicas está em sua capacidade de analisar como elas são entendidas por atores de diferentes localidades e como esses significados são transmitidos. Uma abordagem antropológica não assume apenas que uma política pública é uma ferramenta governamental, mas que ela é um actante que possui agência e que é reinterpretada ao entrar em contato com outros atores, objetos e instituições. As políticas públicas não são simplesmente transferidas, mas reinterpretadas à medida que cruzam fronteiras institucionais, culturais e sociais.

Para dar conta dessas novas significações a cada contexto em que são inseridas, é necessário que seja acompanhada a trajetória de uma política pública, processo que, segundo Rodrigues (2008), ajuda a perceber seus fatores de entrave (políticos, econômicos, sociais, culturais, burocráticos e legais), seus pontos de inflexão (mudanças de direção dos objetivos originais, fatores de interferência por aspectos imprevistos e falta de coerência entre a formulação e a realização), seus pontos de fusão (sobreposição com outros programas e dificuldade de avaliar os impactos de um programa) e suas discrepâncias semânticas (distância entre os sentidos atribuídos pelos agentes institucionais e os beneficiários).

Para que se possa acessar as cosmovisões dos "nativos", a abordagem antropológica propõe como ferramenta metodológica principal a pesquisa etnográfica, que, segundo Miranda, Oliveira e Paes (2007), possibilita o questionamento das práticas dos responsáveis pela execução das políticas, destacando a dimensão subjetiva de suas ações, geralmente esquecida pelas correntes dominantes de avaliação de políticas públicas.

No entanto, a abordagem antropológica não se resume à etnografia, segundo a proposta de Rodrigues (2008), de uma "avaliação em profundidade". O termo "profundidade" implica, segundo a autora, em abarcar tanto as dimensões longitudinais quanto latitudinais, caracterizando-se por uma pesquisa extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional. Ao propor uma pesquisa extensa, densa e ampla, a autora defende que a avaliação não deve ficar restrita apenas à averiguação do cumprimento das metas estabelecidas pelo programa, mas também buscar compreender os significados que a política tem para os que a formulam, executam e experimentam. Para chegar a esses significados, não é suficiente a restrição da pesquisa a dados estatísticos obtidos por meio de questionários, mesmo que com perguntas abertas, já que a tentativa de apreensão desses significados pode-se dar por meio de entrevistas abertas e mais aprofundadas. Desse modo, a pesquisa em profundidade deve ser balizada por diferentes fontes de dados e informações: questionários, entrevistas em profundidade, observação de campo, análise de material institucional, etc. E ao falar em multidimensionalidade, Rodrigues propõe que sejam consideradas as diferentes dimensões que podem ser relevantes para a avaliação de uma política pública, com a articulação de profissionais de diferentes áreas.

Como proposta de pesquisa, a "avaliação em profundidade" de Rodrigues (2008, 2011) elenca quatro tópicos iniciais essenciais para a efetivação de tal abordagem:

- 1) análise de conteúdo do programa, a partir de três aspectos relativos: à formulação da política (objetivos, critérios, dinâmica de implantação e acompanhamento), às bases conceituais (paradigmas, valores, conceitos e noções centrais que orientam a política) e à coerência interna (existência de contradição entre as bases conceituais do programa e os itens priorizados para acompanhamento e monitoramento). Esse primeiro

tópico tem como *corpus* de pesquisa legislação, documentos, projetos, relatórios e dados estatísticos produzidos pelos autores e implementadores da política, mas também pode contemplar entrevistas com indivíduos envolvidos no processo de formulação;

2) análise do contexto de formulação da política: levantamento de dados sobre as condições socioeconômicas e culturais em que a política em estudo foi formulada, por meio de dados primários e secundários, e ponderar se a política em questão está articulada com outras, se é parte de um conjunto de ações semelhantes;

3) trajetória institucional do programa: foco no grau de coerência ou dispersão do programa ao longo de seu itinerário institucional, para que sejam observadas as transformações nos sentidos atribuídos aos objetivos e à própria política pública à medida que esta última é transportada para outros espaços além das leis que a instituem ou dos relatórios que a descrevem. Para a realização deste tópico, é indispensável que seja realizada uma pesquisa de campo, que pode envolver entrevistas e observações participantes com diferentes agentes de instituições envolvidas na formulação e na implementação, bem como com seus beneficiários; e

4) espectro temporal e territorial: busca-se compreender a configuração temporal e territorial do percurso da política avaliada, por meio de seu trânsito por espaços políticos, econômicos e culturais distintos, confrontando-a, em suas propostas e nos seus objetivos gerais, com as especificidades locais e suas historicidades.

Em seus artigos, Gussi (2017) e Gussi e Oliveira (2016) propõem incorporar o conceito antropológico de cultura como uma das dimensões avaliativas das políticas públicas, tendo como centro as interpretações que os diversos atores envolvidos atribuem a elas. Sua proposta está baseada em dois princípios elementares da disciplina antropológica: a postura relativista e a observação participante. A respeito do primeiro princípio, o relativismo, os autores afirmam que a avaliação deve focar na compreensão de como os diversos atores concebem a política e entendem seus resultados e impactos a partir de seus referenciais culturais próprios. A avaliação, assim, deve ser multirreferenciada, contemplando diferentes destinatários, sem construir uma hierarquia entre os valores. Para os autores,

Isso significa que, assumindo uma postura relativista, deve contrapor as suas próprias concepções sobre a política com as de outros atores. Assim, na medida em que compreende o que os outros atores dizem, é possível avaliar essa política de forma a não estabelecer, de uma vez por todas, uma verdade sobre ela, mas sim uma compreensão eticamente ponderada acerca da política avaliada (GUSSI; OLIVEIRA, 2016, p. 87).

O segundo princípio, o da observação participante, consiste em ir a campo e construir uma "etnografia da experiência", uma "descrição densa", como descreve Geertz (2015), buscando interpretar os diferentes significados acionados pelos atores, bem como tentar buscar alguma associação entre o que se verifica *in loco* e os contextos culturais, socioeconômicos e políticos. A ideia subjacente da proposta de metodologia de Gussi é a de que as políticas públicas não têm sentidos únicos, e por isso são passíveis de ressignificações, de acordo com seus deslocamentos nos diversos espaços institucionais que percorrem.

Tendo como ideia central essa noção de deslocamento das políticas públicas, a proposta de Thé e Santos (2019), denominada por eles de "abordagem narrativa", trabalha com o conceito de **trajetória**, buscando dar a ideia de inconstância das políticas, dos atores que com ela entram em contato e dos contextos em que elas são desenvolvidas e implementadas. Com essa noção de trajetória, os autores têm como objetivo analisar como as políticas públicas são reconstruídas e adquirem novos significados, que podem ser apreendidos a partir do diálogo entre as diferentes narrativas de experiências da política. Essa abordagem também tem como pressuposto a interconexão dos diferentes níveis de análise — *micro*, *meso* e *macro* — questão fundante das Ciências Sociais.

Desse modo, os níveis de análise que a abordagem narrativa traz para a metodologia avaliativa são ao mesmo tempo micro, meso e macro. Uma vez que enquanto as narrativas e trajetórias dos sujeitos (gestores, demandantes e participantes) recebem um tratamento de nível micro, os contextos e as lógicas de formulação e reformulação das políticas públicas são tratados no nível macro. Enquanto no nível meso está a política a ser avaliada, seu operativo-institucional e os encaminhamentos da mesma. Sinteticamente ocorre uma ligação entre o socioestrutural, em seu marco macro e objetivo, e o sociossimbólico, no micro e subjetivo, apontando para uma margem sociopragmática, no marco meso e cotidiano da política pública, mas, também, da vida social. (THÉ; SANTOS, 2019, p. 226).

A respeito dos procedimentos metodológicos, Thé e Santos pontuam que a abordagem narrativa exige que se trabalhe com técnicas qualitativas de coleta de dados, como entrevistas em profundidade, por meio das quais podem ser construídas as trajetórias dos sujeitos.

O texto de Gonçalves (2008) propõe uma reflexão inicial a respeito da construção de indicadores socioculturais a serem utilizados em avaliações *ex post* de políticas públicas. A sua empreitada tem como motivação a insuficiência das abordagens quantitativas, por não se debruçarem sobre as mediações socioculturais e políticas e como elas poderiam potencializar ou limitar a implementação de uma ação em uma dada localidade.

Portanto, devemos levar em consideração as condições histórico-sociais e culturais do processo de desenvolvimento e da execução das políticas públicas. O argumento a ser defendido no escopo deste artigo é que mediações socioculturais e políticas influenciam a *performance* das políticas públicas, ou seja, que o desempenho de tais políticas é mediado por fatores de ordem simbólica, porque tais políticas são ressignificadas segundo a visão de mundo das populações-alvo de tais políticas, e esta visão de mundo engendra-se nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade (GONÇALVES, 2008, p. 18).

Nesse sentido, para a autora, a questão principal que se coloca, quando se propõe uma política pública para uma determinada população, é como fazer a articulação entre conceitos universais que balizam tais projetos, como pobreza, desenvolvimento, qualidade de vida, educação, e as diferentes tradições e visões de mundo dos grupos ou classes sociais para quem elas são direcionadas.

Portanto, trata-se de se problematizar empiricamente as tensões subjacentes às políticas públicas — entre individualismo e reciprocidade e universalismo e particularismo, ou seja, entre valores e conceitos que se pretendem universais e que orientam as políticas públicas e as tradições culturais particulares com categorias e princípios que derivam de seus respectivos sistemas classificatórios (GONÇALVES, 2008, p. 21).

Assim, a autora propõe que sejam desenvolvidas sete dimensões que ajudarão a conhecer os beneficiários das políticas públicas, que vão além dos indicadores quantitativos de renda e pobreza:

- 1) economia (arranjos produtivos e cadeias produtivas locais);
- 2) relações de poder local e articulação com as demais instâncias (federal e estadual);
- 3) cultura (identidades, tradições e valores);
- 4) geografia (condições físicas e climáticas);
- 5) rede de proteção social (outras políticas públicas já existentes);
- 6) concepções e projetos de desenvolvimento local; e
- 7) sistema educacional local.

Essas dimensões devem ser articuladas com uma pesquisa de campo, por meio da qual deve ser apreendida a visão de mundo dos sujeitos a quem são direcionadas as políticas públicas e as formas como eles as ressignificam, tendo como mediadora central dessas transformações as culturas locais.

Considerações finais

Os pontos fundamentais que caracterizam a abordagem antropológica de avaliação de políticas públicas podem ser assim resumidos: preocupação com o contexto e com a forma como os diferentes agentes, inclusive os avaliadores, entram em contato com a ação governamental; incorporação de elementos interpretativos e subjetivos nos esquemas de avaliação; assunção de que o elemento político está presente em toda a trajetória de uma política, desde a sua elaboração à sua implementação; necessidade de compreensão dos diversos significados que as políticas públicas adquirem ao longo de sua trajetória; análise de como essas reinterpretações das políticas interferem em suas performances; privilégio, mas não exclusividade, ao uso de técnicas de coleta de dados qualitativas, como a observação participante e as entrevistas em profundidade.

Afirmar a importância de incorporar a abordagem antropológica ou alguns de seus pressupostos aqui expostos não tem como consequência, necessariamente, a negação da importância da abordagem predominante de avaliação de políticas públicas e nem de suas técnicas mais utilizadas, mas que essas últimas podem ser complementadas com outros aspectos por elas negligenciados. Problematizar como as possíveis divergências ou consonâncias entre o sistema de ideias que subjaz à constituição de uma política pública e os aspectos simbólicos e culturais de um grupo beneficiário podem ajudar a compreender a trajetória e a performance de uma ação governamental em um dado contexto.

Referências

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 49, n. 2, p. 103-124, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GUSSI, Alcides Fernando. A dimensão cultural na avaliação de políticas públicas. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu. **Anais** [...]. Montevideu: Alacip, 2017.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 17-27, 2008.

HINCAPIÉ, Liliana Gracia. Para uma antropologia da política pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 157-171, 2015.

LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2012.

MENDES DE MIRANDA, Ana Paula; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de; PAES, Vívian Ferreira. Antropologia e Políticas Públicas: Notas sobre a avaliação do trabalho policial. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 25, p. 51-70, 2007.

RAMÍREZ, María Clemencia. La antropología de la política pública. **Antípoda**: Revista de Antropología y Arqueología, Colômbia, n. 10, p. 13-17, 2010.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceitualização e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008.

_____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 1, n. 17, p. 55-73, 2011.

_____. Etnografia na avaliação de políticas públicas: limites e possibilidades. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 47, p. 229-245, 2017.

SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. **Antípoda**: Revista de antropología y arqueología, Colômbia, n. 10, p. 21-49, 2010.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. Policy: A new field of anthropology. *In*: SHORE, Cris; WRIGHT, Susan (ed.). **Anthropology of Policy**: Critical perspectives on governance and power. London: Routledge, 2005. p. 3-42.

_____. Introduction. *In*: SHORE, Cris; WRIGHT, Susan; PERÒ, Davide (ed.). **Policy worlds**: Anthropology and the analysis of contemporary power. New York: Berghahn Books, 2011. cap. 1.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Apresentação: Dossiê Fazendo Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos; CASTRO, João Paulo Macedo. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). **Revista Antropológicas**, Recife, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

SPIESS, Marcos Alfonso. Relações entre Antropologia e políticas públicas no Brasil: uma análise a partir da institucionalização do campo de pesquisa. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 169-191, 2016.

STEPHANOU, Michelle C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 127-160, 2005.

THÉ, Raul; SANTOS, João Bosco. A abordagem narrativa como recurso avaliativo de políticas públicas. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 221-244, 2019.

WEDEL, Janine R. *et al.* Toward an anthropology of public policy. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, Pennsylvania, v. 600, n. 1, p. 30-51, 2005.